

Polícia Federal investiga delegado por suposto vazamento de informações sigilosas

Operação Sinon apura venda de dados de investigações a suspeitos de crimes em SP e no RS



DIVULGAÇÃO

DELEGADO É AFASTADO DA FUNÇÃO

Além das buscas realizadas nesta quarta-feira, a Justiça determinou medidas cautelares contra o delegado investigado. Entre as determinações estão a suspensão do exercício da função pública e a proibição de acesso às dependências da Polícia Federal, aos sistemas corporativos e aos recursos tecnológicos da instituição.

As medidas têm como objetivo impedir que o investigado continue tendo acesso às ferramentas e informações que, segundo a apuração, teriam sido utilizadas no suposto esquema.

CRIMES INVESTIGADOS

A Operação Sinon apura possíveis crimes de violação de sigilo funcional, corrupção passiva e ativa, associação criminosa e embaraço à investigação de organização criminosa. Segundo a Polícia Federal, as investigações ainda estão em andamento. A corporação busca identificar todos os envolvidos, rastrear a origem e o destino dos recursos que teriam sido movimentados no esquema e dimensionar os possíveis prejuízos causados às investigações afetadas pelos supostos vazamentos.

A defesa do delegado José Navas Júnior é procurada para comentar as acusações. Até a última atualização desta reportagem, não havia manifestação.

Da Redação

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quarta-feira (19), a Operação Sinon, que investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo o vazamento de informações sigilosas de investigações policiais em troca de vantagens financeiras.

Um delegado da própria Polícia Federal está entre os principais alvos da apuração. Segundo a corporação, José Navas Júnior teria utilizado, desde 2023, a função que exercia e o acesso a sis-

temas internos da instituição para realizar consultas direcionadas sobre pessoas e procedimentos que estavam sob investigação.

De acordo com a PF, os dados obtidos eram posteriormente repassados aos investigados. Com acesso antecipado às informações, os suspeitos poderiam adotar medidas para dificultar ou impedir o cumprimento de diligências policiais.

INVESTIGAÇÕES ENVOLVEM DIFERENTES CRIMES

As informações que te-

riam sido vazadas estariam relacionadas a investigações envolvendo organizações criminosas e diferentes modalidades de crimes. Entre os casos estão apurações sobre contrabando de cigarros, trabalho escravo, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e desvios de recursos públicos. Além do delegado, advogados e empresários também são investigados pela Polícia Federal.

A investigação aponta que o delegado movimentou R\$ 28 milhões entre 2020 e 2025, considerando entradas e saí-

das de recursos. A investigação busca esclarecer a origem e o destino dos valores e identificar todos os envolvidos no esquema.

Ao todo, os agentes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços localizados nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A Justiça também autorizou medidas de bloqueio e sequestro de bens dos investigados. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Federal da Justiça Federal em Marília, no interior de São Paulo.

Projeto prevê anistia a servidores punidos pelo 8/jan

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

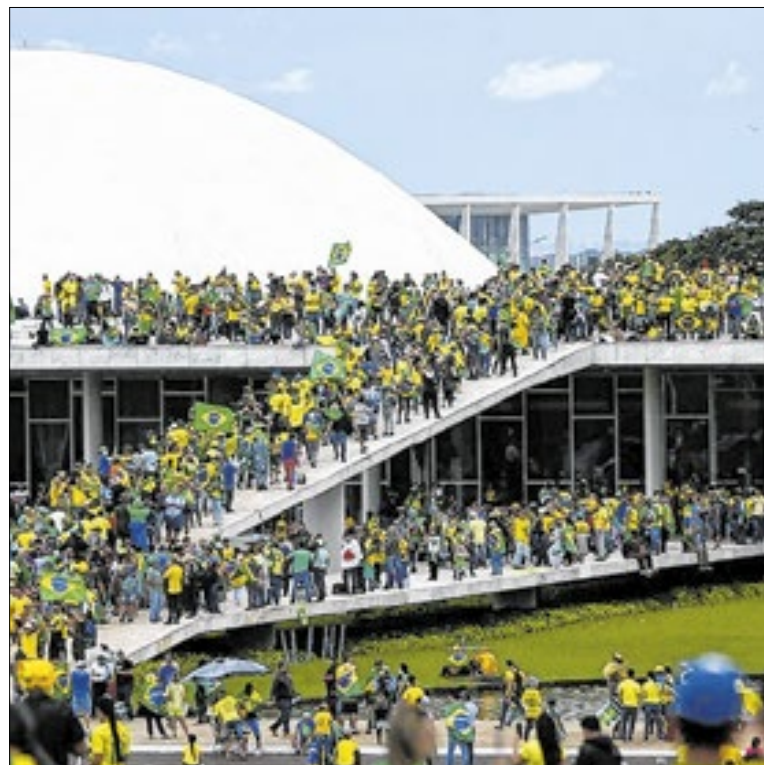
Por Andre Souza

A deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL) apresentou na Alesp um projeto de lei que concede anistia administrativa a servidores públicos, empregados públicos e profissionais contratados por tempo determinado que tenham sido punidos ou desligados do governo paulista em decorrência de apurações relacionadas aos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

A proposta abrange funcionários da administração direta, autarquias e fundações do Estado, incluindo profissionais das áreas de educação e saúde. Para ter direito ao benefício, o agente não poderá ter condenação criminal definitiva pelos fatos investigados. Também poderão

ser contemplados aqueles cuja persecução penal tenha sido encerrada por arquivamento, absolvição, extinção da punibilidade, suspensão condicional do processo ou Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

O texto determina que a anistia resulte na anulação de atos de demissão, rescisão contratual ou punição administrativa que tenham ocorrido exclusivamente em razão das apurações sobre o 8 de janeiro. Também prevê o cancelamento de registros funcionais relacionados às sanções. Outro efeito previsto é o restabelecimento do direito de participar de cursos públicos, processos seletivos simplificados e atos de atribuição de aulas promovidos pelo Estado. O interessado terá



Manifestantes invadiram o Congresso Nacional em 8 janeiro de 2023

180 dias, contados a partir da publicação da eventual lei, para apresentar o pedido à autoridade responsável pelo órgão em que estava lotado.

Na justificativa, Fabiana Bolsonaro afirma que as medidas administrativas foram aplicadas em casos nos quais ainda não havia condenação penal definitiva. A deputada também defende que a assinatura de um ANPP não seja usada como fundamento para manter demissão, rescisão ou sanção administrativa. O projeto estabelece ainda que o Executivo deverá regulamentar os procedimentos para cadastramento dos beneficiários.

O texto ainda precisa tramitar pelas comissões da Alesp antes de ser votado em plenário.